

14º Seminário Nacional Sociologia & Política
Saberes em Confluência
GT 7 - Sociologia da Saúde, da Morte e das Sensibilidades

Insensibilidades Coletivas: Naturalização de Violência Infantil em Produções
Audiovisuais

Palavras-chave : Dessensibilização, Poder, Solidariedade, Inteligência Sistêmica,
Envolvimento

Matheus Aparecido Sartori Fernandes¹
Jamilly Gabriele Caetano Gaspar Cavalheiro dos Santos²

¹ Graduando em Comunicação Organizacional (UTFPR) fernandes.2025@alunos.utfpr.edu.br

² Graduanda em Comunicação Organizacional (UTFPR) jamillygabriele@alunos.utfpr.edu.br

INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda assuntos que se referem à parte da cadeia causal da violência sistêmica: a demasiada exposição de representações de violência na infância (em filmes, músicas e séries), pode naturalizar a percepção desse tipo de ocorrência e favorecer a dessensibilização coletiva em relação aos seus efeitos, que podem ser desde a redução da solidariedade entre as pessoas até o enfraquecimento da pressão pública para que haja proteção e reparação, em caso de danos. O objetivo deste texto é analisar parte da arquitetura de poder da indústria de produção e difusão de audiovisual, para tal, propomos práticas organizacionais voltadas à contenção da naturalização e dessensibilização dos casos de abusos, porque consideramos a violência infantil questão de responsabilidade de estudo acadêmico e ação governamental — esta, tanto por parte do setor público quanto do setor privado.

Como recorte empírico, usamos exemplos de produções audiovisuais amplamente expostas e de grande alcance de espectadores e consumidores, que tematizam contextos potencialmente normalizadores de vulnerabilização infantil (*Stranger Things*, *Monstros S.A* e *Burger King*). No Brasil dos anos 1990, observam-se fenômenos de erotização precoce associados a campanhas de produtos voltados a crianças — LoveXu³ e Tamanquinhos da Tiazinha⁴, por exemplo. No âmbito internacional, citamos o caso de Britney Spears, uma artista que aos 16 anos foi submetida em canais de grande audiência a questionamentos pseudo-jornalísticos sobre sexualidade.

Dentre as diversas formas de violências sistêmicas exercidas sobre a população jovem, enfatizamos que estas não se limitam a agressões físicas, porém, podem se caracterizar pela violência dita simbólica ou de caráter emocional como a erotização precoce — ou ainda a chamada violência epistêmica, que se manifesta quando as vozes e os conhecimentos das juventudes são silenciados ou deslegitimados por sobreposição de opiniões de pessoas mais velhas, que se consideram autoridades intelectuais. Este tipo de comportamento generaliza a juventude como uma categoria subalterna. A professora Diana Fisher diz que frequentemente subestimamos a inteligência sistêmica dos jovens

³ <https://www.youtube.com/watch?v=kgPX8lknsnw>

⁴ <https://www.youtube.com/watch?v=ISMHRGEOyqo>

(GOLEMAN; SENGE, 2015), tratando-os apenas como receptores, impedindo que construam seus próprios modelos de solução para problemas complexos.

A presente investigação adota o método hipotético-dedutivo como base lógica, partindo da hipótese de uma possível dessensibilização coletiva frente à violência sistêmica. No plano analítico, utiliza-se a abordagem dialética para examinar as relações de poder e as distorções comunicativas na indústria audiovisual. Como procedimento técnico, recorre-se ao método comparativo, a fim de confrontar diferentes recortes empíricos, articulado à pesquisa bibliográfica para fundamentação teórica da análise. Adicionalmente, incorporamos a cartografia social como uma ferramenta participativa de ciência cidadã - procedimento que já permitiu validar a relevância da inteligência sistêmica da juventude, demonstrando que a participação ativa de estudantes no tratamento de riscos e demandas sociais gera dados de alta qualidade, podendo até aproximar as ciências físicas e sociais (TAYLOR; O'KEEFE, 2021).

Envolver pessoas responsáveis e capazes de atuar na construção de soluções não se apresenta como um desafio extremamente difícil, desde que haja articulação entre diferentes campos — especialmente, entre profissionais da sociologia, política, psicologia e o dos gestores da indústria audiovisual. Essa possibilidade torna-se ainda mais possível quando se considera que a comunicação contemporânea é estruturada por redes globais de negócios multimídia, nas quais múltiplas formas de expressão estão integradas em grandes conglomerados que operam sob alta concorrência e em um cenário progressivamente oligopolista (CASTELLS, 2019). Paradoxalmente, essa concentração pode favorecer o diálogo institucional: ao reduzir a capilaridade dos agentes, torna-se possível centrar interlocuções em um número mais restrito de atores, viabilizando a construção de acordos, diretrizes e responsabilidades compartilhadas. Tais articulações, baseadas na confluência entre cientistas, formuladores de políticas e decisores da indústria audiovisual, tendem a ampliar a capacidade de produção de conhecimento aplicado e a induzir práticas socialmente mais responsáveis e saudáveis. Ao final deste texto, pretendemos também reforçar a importância da juventude nessa dinâmica organizacional voltada à construção de soluções para os desafios aqui abordados. Nesse sentido, após esta introdução, optamos por uma adaptação na linguagem, adotando uma escrita mais acessível, de modo a ampliar as possibilidades de compreensão e participação de estudantes do ensino médio, não apenas como leitores, mas como sujeitos ativos na reflexão e produção de conhecimento.

A análise apoia-se na noção de “comunicações sistematicamente distorcidas” (HABERMAS, 1970), nas quais mecanismos ideológicos de naturalização de desigualdades produzem violência estrutural. Nessa perspectiva, enfrentar a naturalização da violência — e, conseqüentemente, o que denominamos “morte das sensibilidades” — implica reconhecer a publicidade e o entretenimento voltados ao público jovem como espaços de responsabilidade institucional. Tal entendimento se justifica pelo efeito cumulativo da exposição recorrente à violência, fenômeno que aproximamos da noção de fadiga empática, aqui mobilizada como uma categoria analítica derivada do que a literatura denomina entorpecimento psicofísico, a ser retomado e aprofundado nas seções seguintes. Ainda que determinados fenômenos sociais já possuam denominações consolidadas, a proposição de novos termos ou variações conceituais pode desempenhar um papel relevante na difusão e apropriação do conhecimento, especialmente quando se busca ampliar a conscientização pública sobre tais dinâmicas.

Esse movimento dialoga com desafios próprios das ciências sociais, nas quais os objetos de estudo não são passíveis de reprodução controlada, como ocorre nas ciências experimentais. Diferentemente de contextos laboratoriais — marcados por condições síncronas, isolamento de variáveis e maior separação entre sujeito e objeto —, os fenômenos sociais se desenvolvem de forma diacrônica e relacional, envolvendo sujeitos que também são parte do processo investigado. Nesse sentido, investigar processos como a dessensibilização coletiva ou a redução da solidariedade social implica lidar com sistemas complexos, nos quais não é possível isolar variáveis ou reproduzir eventos em condições controladas. Assim, a criação e mobilização de categorias analíticas — como “fadiga empática” — podem ser compreendidas como estratégias que favorecem a leitura desses fenômenos, além de ampliar suas possibilidades de comunicação e problematização em diferentes esferas sociais.

(DES)ENVOLVIMENTO:

Filmes e séries são produtos (ou obras de arte) que proporcionam assuntos para compartilhamento e debates entre diferentes gerações. Personagens e roteiros podem influenciar o comportamento de parte da população — um indício dessa premissa são colaborações corporativas entre veículos *Dodge RAM* com parceria da *Paramount+*, na edição da camionete que homenageia a série *Yellowstone* — de forma semelhante, o *Burger*

King distribuiu milhares de máscaras inspiradas na série *Round 6* como parte de ações promocionais vinculadas ao consumo de determinados produtos⁵. O brinde remete a personagens cuja função narrativa está diretamente associada ao assassinato sistemático de participantes ao longo da trama, evidenciando como elementos simbólicos da violência podem ser naturalizados, banalizados causando uma possível anestesia empática, tornando o intolerável (em termos da lei e também moral) algo "natural".

Considere que a indústria audiovisual — que engloba cinema, televisão, streaming e publicidade — não se restringe a um conjunto de estúdios ou estruturas físicas, mas configura-se como um sistema econômico e simbólico de larga escala. Globalmente, esse setor movimenta centenas de bilhões de dólares por ano, com grandes conglomerados concentrando a produção, distribuição e circulação de conteúdos em nível mundial. Nesse contexto, mais do que entreter, o audiovisual opera como uma força capaz de organizar percepções, valores e repertórios culturais por meio de filmes, séries e campanhas publicitárias que atingem audiências massivas e recorrentes. Reforçamos assim que o audiovisual pode ser compreendido como elementar na Constituição Comunicativa das Organizações (SCHOENEBOERN; KUHN; KÄRREMAN, 2019). “Em vez de apenas conceber a comunicação como algo que acontece na organização, o movimento CCO, paradoxalmente, propõe estudar como a organização acontece na comunicação” (COOREN; BARTELS; MARTINE, 2017, p. 513, tradução nossa). Atualmente, grande parte dos filmes e séries consumidos globalmente estão sob controle de empresas estadunidenses. Em 2020, o Departamento de Justiça dos Estados Unidos encerrou a vigência dos chamados *Paramount Decrees*, conjunto de medidas antitruste⁶ originadas a partir do julgamento de 1948 para limitar a concentração de poder na indústria cinematográfica. Esses decretos proibiam que grandes estúdios controlassem simultaneamente as etapas de produção, distribuição e exibição de conteúdos, especialmente por meio da posse de redes de cinema. A revogação dos decretos reabre a possibilidade de maior integração vertical no setor, podendo favorecer processos de concentração e talvez ampliar o controle de grandes conglomerados como *The Walt Disney Company*, *Warner Bros.* e *Paramount Global* sobre diferentes etapas da cadeia audiovisual.

⁵ <https://www.tiktok.com/@burgerkingbr/video/7452755809450167557>

⁶

https://www.stf.jus.br/repositorio/cms/portaITvJustica/portaITvJusticaNoticia/anexo/EDUARDO_MOLAN_GABAN.pdf

Nesse contexto, a flexibilização das regulações antitruste — entendidas como instrumentos voltados à limitação de monopólios e práticas anticoncorrenciais — pode intensificar a concentração de poder econômico e simbólico, com impactos diretos sobre a diversidade de conteúdos e a dinâmica competitiva do setor.

O poder constitui um dos processos sociais mais relevantes, independentemente do contexto nacional analisado. Neste trabalho, buscamos identificar e exemplificar algumas de suas principais formas de manifestação, destacando que o uso da força representa apenas uma entre diversas possibilidades. De modo recorrente na literatura das ciências sociais, o poder é compreendido como a capacidade de influenciar o comportamento de outros indivíduos. Escrevemos sobre poder nos fundamentando na Economia Política do Poder (EPP), adotando o propósito da Teoria Crítica de desvendar e expor os mecanismos de poder, denunciando a repressão e o controle social. Essa abordagem busca oferecer suporte para que os sujeitos ajam politicamente, tendo como horizonte uma sociedade sem exploração, vista como a única via para a construção de uma democracia real (BRÜNING, 2021). Ainda considerando os estudos de EPP, José Faria, professor e administrador, evidencia que sua compreensão de poder:

é atravessada pela relação entre a objetividade e a (inter)subjetividade, entre as individualidades e o campo coletivo em que as mesmas se expressam, de forma que o que se encontra definido é o resultado desta dinâmica, resultado este que também possui sua própria dinâmica contraditória (FARIA, 2008, p. 145).

Considerando a complexidade das relações de poder, propomos aprofundar para uma compreensão de como essas dinâmicas se manifestam na prática. Para isso, buscamos apresentar alguns tipos e fontes de poder presentes em organizações — aqui representada pela indústria norte-americana, conhecida como *Hollywood* — com o objetivo de tornar mais tangível essa arquitetura de influência da indústria audiovisual. Como base para análise, utilizamos estudos que identificam cinco formas de poder: recompensa, coercitivo, legítimo, especialista e referência (FRENCH JUNIOR; RAVEN, 1975). A seguir, adaptamos essas categorias ao contexto contemporâneo da produção audiovisual.

O poder de recompensa manifesta-se na capacidade da indústria de conceder recompensas, como visibilidade, alcance, reconhecimento... Estar em evidência — seja em uma grande produção, em premiações como o Oscar ou em campanhas publicitárias — funciona como moeda simbólica altamente valorizada. A lógica dos algoritmos em plataformas de *streaming*, por exemplo, também opera como mecanismo de recompensa, ao amplificar determinados conteúdos e silenciar outros.

Já o poder coercitivo aparece na capacidade de impor sanções ou restrições. No plano organizacional, isso pode ocorrer na exclusão de profissionais que entram em conflito com interesses da indústria, como em casos de “cancelamento” ou boicotes. Já nas telas, esse poder é exercido através da representação da vulnerabilização, onde o sofrimento ou o medo de crianças (como em *Stranger Things* ou *Monstros S.A.*) são usados como recursos narrativos para prender a audiência. Fora da ficção, o caso de Britney Spears ilustra como a pressão midiática e institucional pode operar de forma coercitiva sobre a imagem e a autonomia de um indivíduo.

O poder legítimo pode ser relacionado ao que Max Weber denomina formas de dominação legítima — especialmente a autoridade tradicional e a racional-legal (DIAS, 2012). Trata-se do reconhecimento social de um “direito estabelecido” de tomar decisões, aceito como válido pelos demais. No contexto da indústria audiovisual, esse tipo de poder manifesta-se nas estruturas organizacionais e jurídicas que sustentam as grandes redes de negócios multimídia, conferindo-lhes autoridade formal para atuar na organização dos fluxos comunicacionais. Com o encerramento dos *Paramount Decrees* em 2020 pelo *Department of Justice*, reabriu-se a possibilidade de maior integração vertical no setor, o que pode ampliar a capacidade de conglomerados como *The Walt Disney Company*, *Warner Bros*, *Paramount Global* de influenciar mais etapas da cadeia audiovisual — da produção à exibição — e, consequentemente, os conteúdos que ganham visibilidade no campo do entretenimento.

Há ainda o poder do especialista que envolve, por exemplo, como no caso de produtoras de audiovisual que possuem recursos financeiros para contratar e usufruir de pessoas que detêm conhecimento, competência ou habilidade especial sobre diversos assuntos. As grandes (e poucas) organizações que dominam a produção e circulação de filmes e séries podem contratar pessoas especialistas em qualquer das ciências que as Universidades Federais disponibilizam formação.

Por fim, o poder de referência é uma das formas mais sutis de poder, pois se fundamenta no carisma, na identificação e admiração. Ícones como Britney Spears tornam-se modelos simbólicos, cujas trajetórias, comportamentos e estilos são frequentemente reproduzidos por seus públicos. Na ficção, produções como *Stranger Things* também mobilizam esse tipo de poder, ao apresentar personagens que incorporam valores como lealdade, amizade e enfrentamento de injustiças.

Além das categorias citadas, adicionamos uma dimensão de poder frequentemente negligenciada: o poder do anonimato. Trata-se da capacidade de atuar com baixa exposição pública, reduzindo níveis de vigilância, questionamento e responsabilização. Diferentemente de figuras altamente midiáticas, cuja imagem está constantemente sob exame, agentes menos visíveis — como acionistas, executivos ou determinados atores políticos — operam em zonas de menor pressão social, o que pode ampliar sua margem de manobra. Essa assimetria torna-se mais clara quando contrastamos dois tipos de visibilidade. De um lado, celebridades como Britney Spears tiveram sua vida intensamente monitorada por veículos de comunicação, com episódios cotidianos amplamente registrados, interpretados e, muitas vezes, explorados sob uma lógica de vigilância contínua. Nesse cenário, comportamentos individuais — inclusive banais — eram rapidamente transformados em narrativas públicas e submetidos a julgamento coletivo imediato. De outro lado, em casos envolvendo operações financeiras de grande escala no cenário nacional — como investigações associadas a instituições bancárias e movimentações bilionárias, a exemplo de episódios envolvendo o Banco Master e nomes como Daniel Vorcaro⁷ — observa-se uma dinâmica distinta. Ainda que haja cobertura jornalística, os indivíduos diretamente envolvidos tendem a aparecer de forma menos personalizada, frequentemente protegidos por estruturas institucionais, jurídicas e organizacionais que reduzem sua exposição pública. Essa comparação explicita uma lógica assimétrica: enquanto figuras altamente visíveis são submetidas a escrutínio intenso por desvios individuais, agentes inseridos em estruturas de grande impacto coletivo podem operar com maior resguardo. Nesse sentido, a invisibilidade não representa ausência de poder, mas, paradoxalmente, uma de suas formas mais eficazes — permitindo influenciar decisões, fluxos e narrativas com menor risco de contestação imediata.

⁷ <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cx29mzjdd7go>

As fontes de poder nas organizações constituem recursos estratégicos que, muitas vezes, permitem que grupos com menor poder formal — como setores populares ou empregados — construam alianças informais e redes de cooperação. A máxima “a união faz a força” sintetiza essa lógica, ao evidenciar que o poder não se restringe à hierarquia formal, mas também emerge da capacidade de articulação diante de zonas de incerteza organizacional. No entanto, mais do que apenas descrever essas fontes, interessa-nos compreender como elas operam na estrutura da indústria audiovisual contemporânea. Ao identificar onde o poder se concentra — e como ele é exercido — torna-se possível analisar de que maneira determinadas narrativas ganham visibilidade, enquanto outras são silenciadas ou marginalizadas. Nesse sentido, mapear essas fontes de poder não é um exercício meramente descritivo, mas um passo analítico fundamental para compreender como se estruturam as dinâmicas que podem favorecer — ou conter — processos de naturalização da violência e dessensibilização coletiva. Assim, destacam-se como principais fontes de poder o controle dos processos de decisão, dos recursos escassos, da informação e do conhecimento, bem como o acesso a diferentes setores da organização e o domínio técnico (DIAS, 2012).

1. Controle dos processos de decisão: capacidade de influenciar as escolhas finais de uma organização. Embora muitas pessoas participem do processo, a decisão final costuma ser centralizada ou filtrada por quem detém o poder formal. Exemplo no audiovisual: grandes oligopólios de *Hollywood* (*Disney, Warner, Paramount*) exercem esse controle ao decidirem, de forma soberana, quais roteiros serão produzidos e o que chegará às telas, especialmente após o fim dos *Paramount Decrees*.

2. Controle dos recursos escassos: manifesta-se pela limitação de acesso a itens essenciais, como dinheiro, equipamentos, visibilidade. Exemplo no audiovisual: a distribuição desigual de visibilidade e tempo de fala. Grupos com menos poder, como os jovens, encontram barreiras para acessar os grandes canais de comunicação, o que acaba silenciando suas perspectivas.

3. Controle da informação e do conhecimento: consiste na habilidade de selecionar, omitir, enquadrar ou até distorcer mensagens. Quem controla o fluxo da informação pode acelerar ou frear uma ideia, mudando seu valor. Exemplo no audiovisual: o uso de dados de audiência (algoritmos) e o domínio dos canais de comunicação para moldar a percepção da

realidade. Gigantes da tecnologia gerenciam grandes volumes de dados para prever e induzir comportamentos.

4. Acesso a diferentes setores da organização: é a capacidade de atuar como um "filtro" ou ponte entre diferentes departamentos, controlando quem fala com quem e quais informações circulam entre os setores. Exemplo no audiovisual: Práticas de *lobby* e a contratação de escritórios jurídicos influentes que conectam as produtoras aos centros de decisão política e governamental, protegendo seus interesses econômicos.

5. Domínio técnico (ou controle de habilidade técnica): é o chamado "poder do especialista". Ocorre quando alguém detém um conhecimento ou perícia única que é fundamental para resolver incertezas da organização. Exemplo no audiovisual: produtoras utilizam seu capital para contratar especialistas em diversas áreas (psicologia, ciência de dados, marketing) para criar narrativas que prendem a atenção e garantem o sucesso comercial das obras. Mostrar a existência dessas redes de abuso de poder (MARQUES; HERNÁNDEZ, 2023) coaduna o pensamento de Habermas ao afirmar que, hoje ainda, as democracias precisam de “redes de formas variadas de argumentações e negociações” asseguradas pelo agir comunicativo⁸ (1993, p. 104).

Consideramos necessário considerar o princípio da responsabilidade proporcional ao poder. Em outras palavras, quanto maior a capacidade de influenciar estruturas sociais, decisões coletivas e fluxos de informação, maior deve ser o nível de vigilância e responsabilização sobre esses agentes. Essa lógica busca equilibrar assimetrias: enquanto figuras altamente expostas são constantemente monitoradas e julgadas no espaço público, atores que operam em níveis mais estruturais frequentemente escapam da crítica popular. No entanto, são justamente esses agentes — como grandes executivos, acionistas ou formuladores de políticas — que concentram decisões com impactos amplos e duradouros sobre a sociedade. Isso exige um deslocamento do olhar público: menos centrado em indivíduos altamente visíveis e mais atento às estruturas que, muitas vezes de forma discreta,

⁸ “Não podemos equiparar o agir comunicativo à argumentação. O agir comunicativo realiza-se normalmente numa linguagem comum e num mundo explorado pela linguagem, pré-interpretado, em formas de vida compartilhadas culturalmente, em contextos normativos, em tradições, rotinas, etc. Em resumo: em mundos da vida que são porosos uns em relação aos outros, que se interpenetram e se interligam. Tal agir comunicativo não significa a mesma coisa que a argumentação. As argumentações são formas de comunicação inverossímeis, ou seja, formas de comunicação repletas de pressupostos, verdadeiras ilhas em meio ao mar da práxis (HABERMAS, 1993, p.105).

moldam comportamentos, mercados e narrativas. Ao alinhar poder e responsabilidade, torna-se possível reduzir assimetrias, ampliar a transparência e qualificar as relações entre diferentes atores. Essa dinâmica pode ser sintetizada em uma tríade analítica: o poder visível, representado por figuras públicas submetidas a intensa exposição; o poder invisível, exercido por agentes estruturais com menor escrutínio; e a necessidade de vigilância proporcional, orientada pela magnitude do impacto gerado. Dessa articulação emerge o que propomos como Princípio da Responsabilidade Proporcional, ou seja, quanto maior o poder de alcançar a população, maior deve ser o grau de vigilância e responsabilização a que esse poder está submetido.

A arquitetura contemporânea de produção e distribuição de filmes e séries, marcada pela alta frequência de estímulos, traz um possível efeito colateral: a redução progressiva da sensibilidade diante do sofrimento alheio. Parte-se da hipótese de que aumentos constantes na intensidade de um estímulo podem gerar respostas cada vez menores — princípio já discutido em estudos sobre percepção de risco e tomada de decisão. Aplicada à valorização da vida humana, essa lógica indica que a exposição repetida ao sofrimento pode reduzir nossa capacidade de reação emocional. Esse processo se aproxima do que Robert Jay Lifton denomina “entorpecimento psicofísico”, posteriormente explorado por Paul Slovic ao demonstrar como a sensibilidade humana tende a diminuir à medida que aumenta o número de vítimas (SLOVIC; KERJAN, 2010). A partir dessa base teórica, propomos compreender a chamada “fadiga empática” não como um conceito dissociado, mas como uma ampliação analítica desse fenômeno em contextos midiáticos. Nesse caso, o foco desloca-se da reação a eventos isolados para a exposição contínua e cumulativa a narrativas de sofrimento, violência e vulnerabilização, especialmente em ambientes de alta circulação simbólica, como o audiovisual. Assim, a “fadiga empática” refere-se à redução da capacidade de sentir e reagir, resultante não apenas da magnitude dos eventos, mas da repetição sistemática de estímulos que tendem a normalizá-los.

Como indica a pesquisa psicofísica, os aumentos constantes na grandeza de um estímulo de forma típica provocam mudanças cada vez menores como resposta. Aplicar tal princípio à valorização da vida humana indica que uma forma de *entorpecimento psicofísico* pode ser resultado de nossa incapacidade de perceber as perdas humanas à medida que aumenta o número delas. (SLOVIC; KERJAN, 2010, p. 34).

Outro fenômeno relevante para compreender o comportamento coletivo em contextos sociais é o estudado pelo engenheiro francês Maximilien Ringelmann. Suas pesquisas demonstraram que, à medida que o tamanho de um grupo aumenta, tende a ocorrer uma redução no esforço individual de seus membros. Em experimentos clássicos, como o ato de puxar uma corda em conjunto, observou-se que o desempenho coletivo não cresce proporcionalmente ao número de participantes — pelo contrário, o engajamento individual diminui em grupos maiores. Esse fenômeno evidencia que a responsabilidade tende a se diluir no coletivo, fazendo com que indivíduos se sintam menos implicados em uma ação quando compartilham a tarefa com muitos outros. Em outras palavras, quanto maior o grupo, menor a percepção de responsabilidade. No contexto das sociedades midiáticas, esse efeito pode ser particularmente relevante. Diante da exposição massiva a problemas sociais — como violência, desigualdade ou sofrimento humano —, a percepção de que “alguém fará algo” pode reduzir o senso de urgência e ação individual. Um exemplo disso pode ser observado na circulação massiva de determinadas produções musicais, cujas letras e narrativas reforçam padrões de objetificação ou relações assimétricas, ao mesmo tempo em que alcançam milhões de visualizações em plataformas digitais. A ampla aceitação e reprodução desses conteúdos sugere que a exposição, por si só, não garante questionamento — podendo, em alguns casos, contribuir para a naturalização dessas dinâmicas.

“Sensacional o jeito que ela faz comigo
É fora do normal, estou na zona de perigo
Foi beijando minha boca com a mão na minha nuca
Essa bebê provoca, a bunda dela pulsa
Vem deslizando (vai)
Que eu tô gostando (vem)
Ela me pede (mais)
Não para, não (meu bem)
E vem sentando gostosinho pro pai
E vem jogando de ladinho, neném”⁹

⁹ <https://www.youtube.com/watch?v=0cnUcoXIIMM>

No Youtube a música disponível há 3 anos já conta com 160 milhões de visualizações. No Spotify: 222.177.598 visualizações. A análise dessas produções não pode se limitar à justificativa do “modo de falar”. Expressões como “pro pai”, “bebê” ou “neném”, quando articuladas a conteúdos explicitamente sexualizados, operam em uma zona de ambiguidade que combina infantilização e erotização. Ainda que frequentemente defendidas como metáforas ou gírias, tais letras musicais mobilizam também um sentido literal que não pode ser ignorado: ao acionar referências familiares e infantis em contextos sexuais, tensionam percepções em relação à pedofilia e incesto. Reduzir essas expressões à dimensão meramente coloquial implica desconsiderar seus efeitos discursivos. A linguagem não apenas reflete práticas culturais, mas também as produz e legitima. Nesse sentido, a repetição massiva dessas construções, amplificadas por plataformas digitais — pode contribuir para a naturalização de relações abusivas. É precisamente nesse ponto que se torna pertinente retomar a noção de “comunicações sistematicamente distorcidas” (HABERMAS, 1970), nas quais mecanismos ideológicos de naturalização de desigualdades produzem violência estrutural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que nós precisamos é de um pouco mais de práticas solidárias; sem isso, o próprio agir inteligente permanece sem consistência e sem consequências. No entanto, tais práticas necessitam de instituições racionais, de regras e formas de comunicação, que não sobrecarreguem moralmente os cidadãos e sim, elevem em pequenas doses a virtude de se orientar pelo bem comum. (HABERMAS, 1993, p. 94).

A comunicação contemporânea, especialmente no entretenimento, consolidou-se como um espaço estratégico de formação de sensibilidades e valores sociais. Nesse cenário, a naturalização da violência e a fadiga de empatia tornam-se desafios centrais de ordem pública, exigindo respostas institucionais que ultrapassem a mera crítica. Em contextos de linguagens ambíguas — que mesclam erotização e infantilização — torna-se urgente aplicar o princípio da responsabilidade proporcional. O caso da música “Zona de Perigo”, com milhões de reproduções, exemplifica como o uso de termos como “bebê”, “pai” e “neném” em contextos sexualizados opera em uma zona de ambiguidade que pode naturalizar assimetrias. Diante dessa influência massiva, propomos vincular a alta visibilidade dos conteúdos à

responsabilidade ativa de seus produtores/difusores. Isso poderia se materializar em incentivos regulatórios para que produções de grande alcance, a exemplo do fenômeno citado, incluam obrigatoriamente em seus circuitos de distribuição espaços destinados à conscientização, prevenção, denúncia e enfrentamento de temas sensíveis, como a exploração infantil e outras formas de violência. Tal medida não implica censura, mas o reconhecimento de que grandes níveis de alcance devem ser acompanhados por mecanismos proporcionais de responsabilidade e reparação comunicativa.

Iniciativas no campo da educação, como as desenvolvidas por Roger P. Weissberg no âmbito da Aprendizagem Social e Emocional¹⁰, demonstram que é possível fortalecer competências como empatia e tomada de decisão em larga escala (GOLEMAN; SENGE, 2015). O enfrentamento da “morte das sensibilidades” não depende apenas da regulação dos conteúdos, mas também do desenvolvimento ativo das capacidades humanas de percepção, conexão e responsabilidade coletiva. Assim, o desafio que se coloca não é apenas tecnológico ou administrativo, mas profundamente humano: trata-se de reequilibrar a relação entre informação, entretenimento e sensibilidade — entre poder e responsabilidade. Estas considerações finais alinham-se à proposta de Jürgen Habermas sobre a urgência de práticas solidárias para orientar a sociedade pelo bem comum. Partimos da hipótese de que o desenvolvimento, em alguns contextos, pode operar como vetor de desconexão, o que nos leva a valorizar a noção de envolvimento como alternativa conceitual (SANTOS, 2023). Após um longo período marcado pela centralidade do “desenvolvimento tecnológico”, argumentamos que o desafio contemporâneo desloca-se para o “envolvimento biológico”: movimento de reconexão com fauna, flora... e com a própria condição humana enquanto parte de um sistema vivo interdependente.

Para enfraquecer o desenvolvimento sustentável, nós trouxemos a biointeração; para a coincidência, trouxemos a confluência; para o saber sintético, o saber orgânico; para o transporte, a transfluência; para o dinheiro (ou a troca), o compartilhamento; para a colonização, a contracolonização... e assim por diante. Ele entendeu esse jogo de palavras [...] Não tenho dúvida de que a confluência é a energia que está nos movendo para o compartilhamento, para o reconhecimento, para o respeito. Quando a gente confluência, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente - a gente rende. A confluência é uma força que rende, que

¹⁰ <https://www.unesco.org/en/articles/what-you-need-know-about-social-and-emotional-learning>

aumenta, que amplia. (SANTOS, 2023, p. 4)

Roger P. Weissberg PhD¹¹ ajudou na organização de currículos de (des)envolvimento social — foi um dos programas pioneiros do movimento global Aprendizagem Social e Emocional (ASE). Houve meta-análises otimistas enquanto a evolução de habilidades sociais quando a ASE esteve presente em escolas (estudos feitos com mais de 270 mil estudantes). Esses cinco pontos — autoconsciência, autogestão, empatia, habilidade social e boa capacidade de tomada de decisões — são competências centrais ensinadas na ASE. A professora Diana Fisher recebeu prêmios por seu trabalho ao coordenar estudantes do 9º ano ao 3º ano do ensino médio a desenvolver os próprios modelos de simulação sistêmicos (GOLEMAN; SENGE, 2015) — crianças de 6 anos desenvolveram um diagrama que eles mesmos criaram para representar como brigavam no parquinho — representando ciclos de retroalimentação positivos ou ciclos viciosos.

Meus vinte anos de experiência lecionando ciências e matemática de uma perspectiva sistêmica mostram-me repetidas vezes [...] quando subestimamos a capacidade dos alunos do ensino médio. A vida toda eles reagiram a adultos que lhes diziam ‘Façam desse jeito’. Deixar que construam seus próprios modelos os liberta e revela sua inteligência sistêmica. Eles também passaram a reconhecer até que ponto as respostas excessivamente simplistas para problemas dinamicamente complexos não apenas são enganosas, como também, com frequência, contraproducentes. (SENGE GOLEMAN pg 73).

No Brasil, é possível inspirar-se em soluções a partir da cartografia social, compreendida como uma metodologia participativa. Quando a juventude é convidada a participar de pesquisas e da construção de soluções complexas, deixa de ser apenas “objeto” de investigação e passa a atuar como sujeito — isto é, como cientistas cidadãos capazes de gerar dados relevantes por meio da reflexão, ação e engajamento. Em aplicações práticas desse método, foram observados que estudantes entre 15 e 17 anos foram ligeiramente mais coerentes que os adultos em suas demandas e observações territoriais. Isso demonstra um

¹¹ <https://sel.lab.uic.edu/profiles/weissberg-roger/>

conhecimento profundo das fragilidades de onde vivem e reforça a importância de metodologias participativas na construção de soluções sociais, como demonstrado pelo uso da cartografia social em territórios vulneráveis (PATRICIA et al., 2025). cremos que estudantes exercem na prática a inteligência sistêmica que autores como Senge e Goleman defendem, provando que, quando possuem oportunidade de atuar com cientistas, os jovens podem revelar uma capacidade superior de lidar com problemas complexos. Cientistas constataram que a parceria com as comunidades, mesmo das mais vulneráveis economicamente, gera dados de qualidade, que, validados, contribuem para a definição de ações. A cartografia social pode ser entendida como uma forma de unir ciência cidadã, planejamento e comunicação pública. Ao envolver pesquisa e ações no território, apresenta-se como uma metodologia de baixo custo e com potencial de aplicação em diferentes contextos. Nesse processo, a participação da juventude deixa de ser apenas simbólica e passa a ter papel real na produção de conhecimento. Sob a perspectiva da Constituição Comunicativa das Organizações (CCO), isso significa que os jovens não apenas participam da comunicação, mas ajudam a construir os próprios processos que organizam a ação coletiva. Ao atuar como sujeitos da pesquisa, e não apenas como objetos, os jovens produzem dados relevantes sobre suas realidades. Assim, a cartografia social pode contribuir para o enfrentamento da violência sistêmica, ao ampliar a capacidade de compreender e transformar problemas sociais (MARTINS e CABRAL, 2021).

Sustenta-se, por fim, que fenômenos como a dessensibilização, a fadiga empática, o social loafing e o entorpecimento psicofísico não devem ser reduzidos a efeitos individuais, mas compreendidos como processos sociológicos, com implicações para a saúde coletiva e para a proteção da infância, podendo configurar uma forma de morte simbólica da sensibilidade social quando a violência se torna ordinária e pouco contestada. Os exemplos recentes de trabalhos em conjunto com jovens e crianças — do mapeamento de conflitos no recreio à identificação de riscos climáticos em territórios vulneráveis — revelam apenas uma fração do potencial da colaboração entre adolescentes e cientistas sociais. Em quais outros contextos de complexidade sistêmica a inteligência da juventude pode produzir dados e perspectivas relevantes?

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sandra Regina Goulart. Prefácio – apresentando Spivak. In: SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

BRÜNING, Camila. Economia política do poder e psicologia crítica: diálogos e construções a partir da obra de José Henrique de Faria. Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade, Belo Horizonte, v. 8, n. 22, p. 530-602, ago. 2021. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br>. Acesso em: 22 mar. 2026.

CASTELLS, Manuel. O poder da comunicação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

COOREN, François; BARTELS, Jeroen; MARTINE, Tom. Organizational communication as process. In: LANGLEY, Ann; TSOUKAS, Haridimos (ed.). The SAGE handbook of process organization studies. London: SAGE Publications, 2017. p. 513-528.

CROZIER, Michel; FRIEDBERG, Erhard. El actor y el sistema. México: Alianza, 1990. (Original publicado em 1977).

DIAS, Reinaldo. O poder nas organizações. In: _____. Sociologia das organizações. 2. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2012. p. 185–198.

FARIA, José Henrique de. Economia política do poder: fundamentos. 5. ed. Curitiba: Juruá, 2008a. v. 1.

FRENCH JR., John R. P.; RAVEN, Bertram. As bases do poder social. In: CARTWRIGHT, Dorwin; ZANDER, Alvin. Dinâmica de grupo: pesquisa e teoria social. Tradução de Dante Moreira Leite e Miriam L. Moreira Leite. São Paulo: EPU/Edusp, 1975. v. 2, p. 758-777. (Original publicado em 1959).

GOLEMAN, Daniel; SENGE, Peter. O foco triplo: uma nova abordagem para a educação. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

HABERMAS, Jürgen. On systematically distorted communication. Inquiry, v. 13, p. 205-218, 1970.

HABERMAS, Jürgen. Passado como futuro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

HABERMAS, Jürgen. Uma nova mudança estrutural da esfera pública e da política deliberativa. Berlin: Suhrkamp, 2022.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro; HERNÁNDEZ, Elisa Beatriz Ramírez. O processo comunicacional de justificação recíproca em Jürgen Habermas e sua importância para a comunicação pública. Vozes e Diálogo, Itajaí, v. 22, n. 2, p. 47–60, dez. 2023. DOI: <https://doi.org/10.14210/vd.v22n2.p47-60>

MARTINS, D. G. de M.; CABRAL, E. H. de S. Panorama dos principais estudos sobre ciência cidadã. *ForScience*, v. 9, n. 2, p. e01030, 29 out. 2021.

PATRÍCIA, Líbia; APARECIDA, Flávia; FASSI, Eloy; VAN KAICK, Tamara Simone. Uso da cartografia social como ferramenta participativa para a definição de ações pré e pós-desastres em territórios vulneráveis. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ANÁLISE DE RISCO LATINO-AMERICANA, 6., 2025. Anais [...]. [S.l.: s.n.], 2025.

PEREIRA, Sasha Cruz Alves. Pode o subalterno falar? In: *Enciclopédia de Antropologia*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia, 2022. Disponível em: <https://ea.fflch.usp.br/obra/pode-o-subalterno-falar>. Acesso em: 22 mar. 2026.

RIACH, Graham. An analysis of Gayatri Chakravorty Spivak's "Can the subaltern speak?". 1. ed. Macat Library, 2017. DOI: <https://doi.org/10.4324/9781912281770>.

SEGATO, Rita Laura. *La crítica de la decolonialidad en ocho ensayos y una antropología por demanda*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2015.

SANTOS, Antônio Bispo dos; PEREIRA, Santídio. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

SCHOENEBOERN, Dennis; KUHN, Timothy R.; KÄRREMAN, Dan. The communicative constitution of organization, organizing, and organizationality. *Organization Studies*, v. 40, n. 4, p. 475-496, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1177/0170840618782285>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com>. Acesso em: 22 mar. 2026.

SLOVIC, Paul; KERJAN, Erwann. *A economia irracional*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

TAYLOR, P. J.; O'KEEFE, P. In praise of geography as a field of study for the climate emergency. *The Geographical Journal*, v. 187, n. 4, p. 394-401, 2021.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília, DF: Editora UnB, 1991. v. 1.

CHECKLIST PARA PAPER COMPLETO	
NORMAS	ASSINALAR COM “✓” OU “OK”
Logo do 14º SNS&P na primeira página	OK
Texto entre 12 e 15 páginas (excluindo capa e referências)	OK
Formato de papel A4	OK
Margens superior e esquerda: 3 cm; inferior e direita: 2 cm	OK
Fonte Times New Roman, tamanho 12	OK
Recuo de 1,25 cm para a primeira linha de cada parágrafo	OK
Espaço entre linhas de 1,5	OK
Referências conforme normas o “Manual de Normalização de Documentos Científicos de acordo com as normas da ABNT” [UFPR]: < https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/73330 >	OK
Conversão do arquivo em .pdf	OK